

Não é o momento de retrocessos no setor de petróleo e gás (1)

Décio Fabrício Oddone da Costa (2)

A partir das dificuldades enfrentadas pela Petrobras e da queda do preço do petróleo, no final de 2014, a indústria de petróleo e gás brasileira entrou em crise. Medidas adotadas após a descoberta do pré-sal, como a interrupção dos leilões, a introdução dos contratos de partilha e a concentração das atividades na Petrobras não produziram os resultados almejados. As exigências de conteúdo local, que tinham crescido desde meados dos anos 2000, provocavam atrasos na aprovação de projetos de desenvolvimento da produção. O Repetro (Regime Aduaneiro Especial de Importação e Exportação de Bens), que transfere a tributação da fase de investimentos para a etapa de produção, venceria em 2020, prazo incompatível com os horizontes dos contratos assinados após 2010. A atividade despencou. Era preciso buscar uma retomada nos investimentos.

Uma lei, em 2016, autorizou outras empresas, além da Petrobras, a operar blocos de exploração e produção no pré-sal. A estatal, no lugar de ser operadora única, ganhou um direito de preferência. Foram adotadas outras medidas, como o calendário de rodadas, a nova política de exploração e produção e a oferta permanente, uma forma diferente de disponibilizar blocos em licitação. As regras de conteúdo local foram revisadas. O Brasil, ao contrário de países que também contam com um setor de petróleo e gás desenvolvido, tem uma taxa regressiva. O Repetro permite que projetos executados aqui tenham um grau de competitividade próximo aos implementados em países que optam por uma taxa mais progressiva. Em 2017, foi renovado até 2040.

Os resultados foram positivos. A revisão das regras de conteúdo local e a extensão do Repetro ajudaram a destravar projetos que estavam na carteira das empresas e a atrair novas companhias para investir no País. Os leilões conduzidos em seguida foram um sucesso. Os bônus de assinatura ajudaram a melhorar a situação fiscal. Os investimentos voltaram. A produção e a exportação cresceram e devem subir ainda mais. O Brasil poderá se tornar um dos cinco maiores produtores de petróleo.

No entanto, o cenário global vem mudando. Para mitigar o efeito do carbono na atmosfera, a matriz energética precisa mudar. Muitos países estão acelerando a adoção de energias mais limpas. Empresas privilegiam investimentos em fontes renováveis. A eletrificação ganha tração, mas bilhões de pessoas seguem à margem da rede elétrica. Para não interromper o grande processo de inclusão possibilitado pelo maior acesso à energia, a transição deve ser feita com maior oferta de energéticos, não com redução da disponibilidade. O Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas, mas conta com milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

A partir do surgimento do fenômeno do shale, que fez crescer a extração nos Estados Unidos, os ciclos de preço do petróleo têm ficado mais curtos. O advento da COVID-19 e a aceleração da transição energética tendem a reforçar esse processo e a reduzir a expectativa de demanda. Esses movimentos não favorecem a exploração em regiões de fronteira, como algumas das mais promissoras áreas disponíveis nas margens leste e equatorial brasileira, nem a sanção de projetos de longo prazo de maturação, como os de produção de petróleo em águas profundas em províncias como o pré-sal das Bacias de Campos e Santos.

Ao perceber que volumes significativos de petróleo e gás natural possivelmente jamais serão

extraídos dos reservatórios, países como a Noruega e a Inglaterra já tomaram medidas para aumentar a atratividade dos investimentos nos seus territórios. Essa realidade ainda não se impôs no Brasil. Parcela da sociedade continua acreditando que a generosidade da natureza será sempre suficiente para tornar interessante qualquer oportunidade que seja oferecida.

Nem os recentes insucessos exploratórios no pré-sal, onde não há uma descoberta relevante desde 2018, parecem mudar essa percepção. Quem defende esse tipo de ideia despreza o impacto da legislação, da regulação e da taxaço, os chamados riscos acima da terra, nos investimentos, como se apenas as condições existentes abaixo da terra fossem relevantes.

À luz do que se conhece hoje, as principais áreas de exploração identificadas já foram licitadas. Por isso, mais importante que ter sucesso nos próximos leilões é garantir investimentos nos contratos já assinados. No entanto, como já escrevi em artigo anterior para este Broadcast, vivemos uma situação como a relatada no clássico filme "O Feitiço do Tempo", em que um repórter fica preso numa armadilha, que o leva a viver o mesmo dia repetidas vezes. Analisamos, faz tempo, medidas para melhorar a atratividade dos projetos de exploração e produção.

Precisamos superar esses debates e avançar, mais e mais rápido. Porque voltamos a ter discussões sobre temas superados, corremos o risco de retrocessos. Um projeto de lei sobre conteúdo local tramita no Congresso. Vozes voltam a questionar o Repetro, ao invés de defender, no âmbito da reforma tributária, sem reduzir a carga fiscal, um regime tributário mais progressivo. Da mesma forma que a miséria dificulta a preservação do meio ambiente, o maior inimigo da transição energética é a pobreza. Como sem investimentos e tecnologia não haverá matriz energética de baixo carbono, sociedades ricas têm mais possibilidade de adotar energias limpas.

O Brasil precisa dos recursos gerados pela extração dos hidrocarbonetos para melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas, aumentar a inclusão energética e aprofundar a redução das emissões de carbono. Não é momento de retrocessos no setor de petróleo e gás natural.

- (1) Artigo publicado na Agência Broadcast Energia. Disponível em: <https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/38368724> Acesso em 23 de julho de 2021.
- (2) *Décio Fabrício Oddone da Costa é engenheiro e CEO da Enauta S.A. Escreve mensalmente para o Broadcast Energia.*